

ATA DE REUNIÃO COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

9ª Reunião Ordinária

Aos oito dias do mês de maio, do ano de dois mil e quatorze, às 17h30, na sala de Treinamento desta CET-Santos, sito a Av. Rangel Pestana, nº 100 – Vila Mathias, reuniram-se os Senhores Ariovaldo Feliciano – Presidente da Comissão (SESCON), e os seguintes membros: Rogério Vilani (CET), Dalvaní Pereira da Silva (CET), Ivson Teixeira da Rocha (CET), Sheila Rocha Barbeiro (SESCON), Antonio Carlos Domingues da Costa (ANAPI), Nilton Oliveira (ANAPI), Maria José A. Mazzeo (OAB), Tânia Mota (OPM) e o Sr. Nicola Margiotta Júnior (SECID). O Sr. Ariovaldo iniciou a nona reunião ordinária da Comissão Municipal de Transportes e solicitou que a secretária efetuasse a leitura da Convocação. Após a leitura, o Sr. Ariovaldo comentou quanto ao item 1 = Leitura discussão e aprovação da Ata da última reunião. O Sr. Antonio Carlos solicitou retificação da ata da reunião anterior, pois não houve a afirmação de que a reunião teria que ser na Zona Noroeste e, sim, um questionamento. O Sr. Ariovaldo disse que está registrando a retificação da Ata da reunião anterior, solicitada pelo Sr. Antonio Carlos, onde se lê “O Sr. Antonio Carlos disse que em sua opinião, a audiência pública tem que ser na Zona Noroeste”, leia-se “O Sr. Antonio Carlos perguntou por que a reunião tem que ser na Zona Noroeste”. A Sra. Sheila solicitou a dispensa da leitura da Ata da última reunião. O Sr. Ariovaldo disse que se todos concordarem, está aprovada a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Comentou quanto ao item 2 = Licitação do Transporte Público; disse que quem esteve na reunião da Audiência Pública, dia vinte e três, ao longo de tudo o que foi discutido, o principal seria a gratuidade aos sessenta anos. Entre outros assuntos, houve também as questões relacionadas ao ar condicionado nos ônibus, acessibilidade, tamanho dos degraus e wi fi, pontos principais em discussões nos últimos dez meses desta comissão, esclareceu que o trabalho da Comissão surtiu efeito. O Sr. Rogério disse que existe uma reivindicação que é do tipo de trabalho que uma reunião mensal não é tempo suficiente, disse que para este trabalho, precisa se dedicar muito tempo, mas que a CET tem desenvolvido muito bem, este estudo tem a ver com a oferta/frequência e pontualidade nos ônibus, este assunto é muito técnico e demanda muita dedicação, informou que o desenrolar deste estudo técnico, será apresentado para a Comissão para que todos fiquem a par do que está acontecendo. Comentou sobre a ida a Audiência Pública, para ouvir a população. O transporte é serviço básico, não é diferenciado. E quem paga a conta é quem usa e quem não pode comprar um carro. O Sr. Ariovaldo questionou sobre a gratuidade aos sessenta anos, após vierem às propostas das empresas que irão participar do Edital, precisa ser estudada para fazer parte do orçamento para aprovar o subsídio e, pelo menos manter a tarifa. O Sr. Rogério disse que são duas coisas que precisam acontecer paralelamente, uma é a relação de Permitente e Permissionária, pois precisa existir no Contrato prevendo isso, e a outra é que o Contrato atual não prevê o subsídio o Contrato diz que a única receita do sistema é a tarifa. A Sra. Maria José Mazzeo ressalta que o transporte sempre foi muito caro. O Sr. Rogério salientou que é muito difícil fazer comparativos sem a planilha

fornecida pelo Sr. Amadeu (gerente financeiro). Disse, também, que o custo envolve muitos campos e que cinquenta por cento do custo é somente mão de obra (oferta de veículos). Ressaltou que não dá pra comparar, sem olhar a planilha e que o foco precisa ser como um todo. E que São Paulo utiliza a mesma planilha (GEIPOT) de Santos. Comentou que o transporte é sazonal dentro de um mesmo dia e que o pico é entre sete e oito horas da manhã, neste período, são utilizados 286 veículos. Falou que de madrugada, recolhe uma porcentagem grande de carros, uma vez que não tem demanda. Informou que tem, aproximadamente, setecentos motoristas, já que precisa fazer revezamento, existe a logística e quem está pagando é o empregador. O Sr. Ariovaldo comentou sobre o transporte seletivo e questionou se entrava nesta licitação. O Sr. Rogério respondeu que o processo é diferente, pois é um sistema diferenciado de transporte, sendo outra licitação. O Sr. Ariovaldo pediu que estudasse uma proposta, ou uma maneira do Executivo incluir no orçamento, o subsídio. O Sr. Ariovaldo questionou quando sair a publicação do edital, quantos dias daria para as empresas. O Sr. Rogério respondeu que estaria pedindo para as empresas darem oferta de preço cheio. Que precisaria verificar quanto a Prefeitura Municipal iria subsidiar, se o usuário pagaria cem por cento, ou não e que o importante seria ter esse valor. O Sr. Ariovaldo comentou que não tem parâmetro agora e que a empresa pode apresentar proposta à CET. O Sr. Antonio Carlos comentou que se a passagem custasse três reais e cinquenta centavos, obviamente a Prefeitura daria seu parecer e poderia informar que este valor não dá, então para manter os dois reais. E o número vai multiplicar. O Sr. Rogério comentou que a melhor oferta vai ganhar. E que não pode jogar isso em cima de uma empresa privada e achar que ela vai pagar. A Sra. Maria José Mazzeo sugeriu um transporte diferenciado, específico. O Sr. Rogério disse que se for direcionado para um grupo de pessoas. O Sr. Nicola informou que a secretaria é vinculada e a verba maior geralmente vai para a saúde e a demanda é diferente da de São Paulo. O Sr. Rogério informou que está estudando o táxi adaptado, onde o passageiro embarcaria pela parte de trás do veículo, geralmente uma Doblô. Disse, ainda, que o desafio seria garantir que os taxistas investissem neste projeto. E que o desafio maior é achar este equilíbrio. O Sr. Nicola comentou que em São Paulo já existe este serviço, feito através de um pré agendamento. O Sr. Rogério disse que se for serviço pago, tem que ser com a CET tem que ser com pessoa jurídica. O Sr. Nicola informou que o processo de táxi adaptado passou por ele, questionando se abriria novas concessões. O Sr. Rogério ressaltou que o Município de Santos tem muito mais táxi do que deveria ter. A Sra. Maria José Mazzeo comentou sobre a mãe que tem dificuldades de locomoção. O Sr. Rogério comentou que se for serviço de assistência, é diferente daquele para o usuário pagar. Disse ainda sobre o transporte público remunerado, com placas cinzas. O Sr. Antonio Carlos questionou se a gratuidade seria também para aposentado desempregado. O Sr. Rogério respondeu que não existia a possibilidade de fazer este controle, de quem teria a gratuidade e receberia o transporte pela empresa. O Sr. Ariovaldo comentou que muitos aposentados precisam da gratuidade, mas outros não precisam. O Sr. Ariovaldo pediu para estudar esta questão com carinho, pois tem pessoas que não tem condições de pagar e precisam da gratuidade. E comentou sobre o edital sair em julho. O Sr. Rogério respondeu que só consegue garantir a data da publicação do Edital, mas que o tempo de licitação é uma caixa de surpresas. Sr. Ariovaldo pediu que trouxesse estas informações na próxima reunião. O Sr. Rogério ressaltou que hoje, tem o

grupo dos que pagam e o grupo dos que não pagam. Que não dá pra garantir cem por cento e que não é só o morador de Santos que usa o transporte público. Que dar a gratuidade, envolveria muito mais, por isso não dá pra estimar um número. O Sr. Antonio Carlos comentou que a gratuidade para sessenta e cinco anos é constitucional e que aos sessenta anos é facultado o direito ao Município para conceder esta gratuidade.

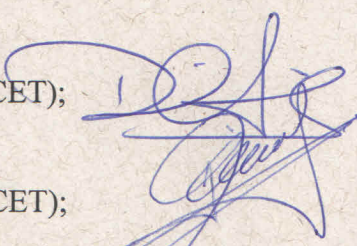
Encerrada a reunião às 18h16. Eu, Adriana Maria Sônego Xavier, lavrei a presente Ata e assino a seguir, bem como pelos presentes abaixo citados.

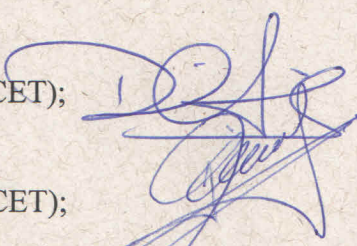


Participantes:


Senhores Arioaldo Feliciano – Presidente da Comissão (SESCON);

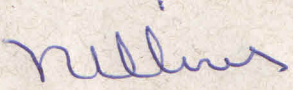
Rogério Vilani (CET); 

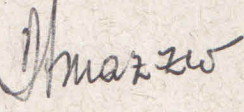
Dalvaní Pereira da Silva (CET); 

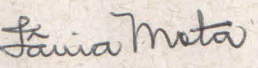
Ivson Teixeira da Rocha (CET); 

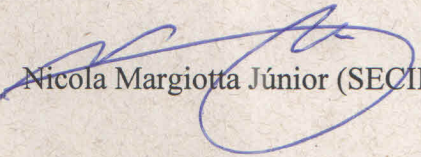
Sheila Rocha Barbeiro (SESCON); 

Antonio Carlos Domingues da Costa (ANAPI); 

Nilton Oliveira (ANAPI); 

Maria José A. Mazzeo (OAB); 

Tânia Mota (OPM); 


Nicola Margiotta Júnior (SECID).